

## **Título: Patologização e Medicalização da Educação**

**Karla Paulino Tonus, IFSP – Presidente Epitácio**  
**Laís Fernandes Silva, IFSP – Presidente Epitácio**

**Resumo:** Este trabalho apresenta aspectos referentes ao projeto de iniciação científica por nós desenvolvido a partir de março deste ano, no município de Presidente Epitácio, com bolsa do PIBIFSP. Autores apontam um crescente aumento no número de crianças medicalizadas a partir do diagnóstico de TDAH e outras condições pretensamente responsáveis pela não aprendizagem daqueles que não correspondem ao ideal de bons alunos. Os mesmos autores (idem) apontam que professores e familiares buscam nos diagnósticos médicos a resposta para a dificuldade de alunos em aprender e se adaptar. A patologização dos problemas escolares tem, portanto, justificado a exclusão de alunos do sistema escolar. É preciso questionar a patologização como justificativa para o fracasso escolar e opor a ela argumentos pedagógicos e culturais que possam ser superados a fim de que a responsabilidade pelo fracasso escolar deixe de ser uma possível condição biológica do aluno; é preciso tratar pedagogicamente as questões que são de cunho pedagógico. O projeto propõe a realização de um levantamento sobre a concepção que professores e gestores de escolas de ensino fundamental I e II do município de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo, apresentam sobre patologização e medicalização, bem como o conhecimento sobre alguns projetos de lei sobre o tema. No presente momento estamos apresentando os questionários aos professores das escolas que aceitaram participar, para posterior análise das concepções que os mesmos apresentam sobre patologização e medicalização.

**Palavras-chave:** Indisciplina. Fracasso Escolar. Medicalização. Patologização.

**Linha Temática:** Formação inicial e continuada de professores.

### **1 INTRODUÇÃO**

A sociedade contemporânea vive um processo de medicalização em vários segmentos da vida: pessoal, profissional, escolar. No Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (2010) lê-se que a medicalização representa

(...) o processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. Problemas de diferentes ordens são apresentados como “doenças”, “transtornos”, “distúrbios” que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos. Nesse processo, que gera sofrimento psíquico, a pessoa e sua família são responsabilizadas pelos problemas, enquanto governos, autoridades e profissionais são eximidos de suas responsabilidades.

No prefácio do livro “Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na Era dos Transtornos” (2013, p. 10-12), Angelucci nos apresenta três pontos interligados que explicam a dinâmica da sociedade e seus impactos na subjetividade. O primeiro deles é que o modo de vida na sociedade contemporânea nos faz adoecer por meio de jornadas exaustivas (de adultos e crianças); a vida acelerada e atarefada, com constantes imposições de metas cada vez mais altas, é a vida produtiva proclamada como a que todos devem viver.

O segundo ponto citado pela autora é que a cultura demanda expectativas das pessoas, no que se refere ao sentir, pensar e agir. São regras hegemônicas de comportamento que determinam o saudável e correto para todos, presentes numa sociedade onde aquele que não corresponde às expectativas e aos padrões é visto como problemático. A partir desse ponto de vista, no tocante à educação escolar Colello (2012) destaca que a escola, ao desconsiderar os modos que o aluno tem de se comunicar e expressar sentimentos e emoções, o discrimina, discriminando também sua família, comunidade, seus valores; isso porque a escola impõe normas de expressão e coloca à margem o aluno que não se inclui nelas.

O terceiro ponto refere-se ao modo como a sociedade lida com aquelas pessoas consideradas fora das regras, que as questionam e as refutam, ou que demandam novos modos de pensar e agir. O modo recorrente é procurar, e encontrar, no indivíduo as causas que expliquem os comportamentos tidos como sintomas de doenças e tratar com remédios.

A autora (ibid) nos faz refletir que a dinâmica social ao mesmo tempo que representa um forte motivo para o adoecimento também nos impõe a cura rápida por meio de medicação.

No que se refere à educação escolar, verifica-se um crescente aumento da medicalização em alunos tidos como problemáticos e difíceis porque não aprendem, apenas permanecem na escola sem se apropriarem do que lhe é específico. (COLLARES, C. L. & MOYSÉS, M. A. A. 1994, 1996; COLLARES, C. L., MOYSÉS, M. A., RIBEIRO, M.C.F. (orgs), 2013; Dossiê sobre Medicalização da educação e da Sociedade, 2011). A medicalização vem, portanto, encobrir as possíveis causas de dificuldades escolares, decorrentes de aspectos pedagógicos e culturais e atribuir ao aluno as causas de suas dificuldades.

Ana Bock (2003, p. 83-86) fala em “cumplicidade ideológica” para se referir à articulação entre psicologia e educação para responder ao fracasso escolar com a “culpabilização da própria vítima”. Segundo a autora:

A principal consequência de qualquer situação de cumplicidade é defender os interesses daquele com o qual se é cúmplice. Aqui, se dá a mesma situação: os interesses das classes dominantes ficam garantidos. Mas, por que as camadas dominantes têm tanto interesse em acobertar o processo social que caracteriza a educação?

Com a adoção da patologização e medicalização de alunos que não correspondem às expectativas de professores, gestores escolares e famílias, assistimos ao retorno de teorias organicistas que explicam uma condição ao atribuí-la ao aspecto orgânico, do indivíduo, vindo a culpar a vítima, o aluno que não aprende.

Historicamente, as teorias explicativas sobre o fracasso escolar lançam mão de argumentos que variam de incapacidades genéticas a ausências de condições sociais e culturais das famílias. A psicologia Diferencial e a Teoria da Carência Cultural são grandes exemplos de modelos explicativos que, de modos específicos centralizam no aluno a responsabilidade pelo seu fracasso na escola. (PATTO, 2000, p. 27-75)

Esse modo de entender o fracasso escolar traz a mensagem implícita de que a educação é um fenômeno neutro e, portanto, exime todos os sujeitos do processo educativo da responsabilidade pela formação, no aluno, das funções psicológicas superiores construídas na interface do ensino e da aprendizagem.

De acordo com Vigotski (2003), as funções psicológicas transformam-se de elementares a superiores com a mediação do ensino, de um adulto ou criança mais experiente; o mesmo se dá com os conceitos que se transformam de espontâneos a científicos com a mediação do ensino. A teoria histórico-cultural, inaugurada por Vigotski, atribui grande valor ao ensino e à parceria entre professores e alunos na formação da consciência.

Ao nos apropriarmos de sua teoria na tentativa de compreender a complexidade do fracasso escolar, procuramos enxergar na relação entre ensino e aprendizagem, no contexto escolar e social os elementos explicativos desse fenômeno. De tal modo, passamos a questionar argumentos que recaem sobre uma possível condição do aluno e a considerar a dinâmica escolar, educacional e social como produtoras do fracasso escolar.

A patologização e a medicalização servem, portanto, para encobrir situações inadequadas para a concretização da aprendizagem e do comportamento de estudo. Com isso não estamos a desconsiderar os aspectos biológicos presentes na constituição humana, mas, a considerar nossa condição de seres sociais, constituídos social e historicamente.

Assim, para além das explicações organicistas para os comportamentos de alunos concretos que diferem do ideal, para além da medicalização que produz tantos efeitos colaterais, precisamos compreender as contradições presentes no processo de ensino e aprendizagem e as multideterminações que envolvem a subjetividade e a experiência escolar.

Quando analisados superficialmente, projetos de lei tais como PL 3.040/2008, PL 5.700/2009, PL 4.933/2009, PL 7.081/2010 e a Lei 13438/2017 para prevenção, acompanhamento e tratamento de

dificuldades escolares podem indicar preocupação e cuidado com o aluno em dificuldade. Contudo, um olhar mais atento leva ao entendimento de aspectos que não se referem propriamente ao bem estar do aluno; o crescente lucro da indústria farmacêutica, das clínicas e profissionais que realizam as avaliações psicológicas, pedagógicas e fonoaudiológicas, a saga do aluno e sua família na busca de uma resposta neurológica para um problema de aprendizagem e as reações adversas a curto, médio e longo prazos decorrentes do consumo de remédios são aspectos a serem longamente discutidos e enfrentados se buscamos oferecer uma educação de qualidade a todos os alunos.

Identificar o conhecimento e a concepção que professores e gestores do ensino fundamental do município apresentam sobre a relação entre fracasso escolar, patologização e medicalização, bem como sobre projetos de lei e Leis que tratam desse assunto é um primeiro passo a ser realizado no sentido de buscar melhores condições de ensino e aprendizagem, bem como de amenizar os impactos deletérios do uso, por alunos, de medicamentos controlados que levam à dependência e não promovem melhores condições de ensino e aprendizagem.

Assim, a relevância deste projeto de iniciação científica está na possibilidade da construção conjunta de meios de enfrentamento aos processos de patologização e medicalização da experiência escolar.

O objetivo do projeto de Iniciação Científica que aqui apresentamos é identificar o conhecimento e a concepção que professores e gestores do ensino fundamental I e II do município de Presidente Epitácio apresentam sobre a relação entre fracasso escolar, patologização e medicalização, bem como sobre projetos de lei que tratam desse tema. A partir daí, vamos elaborar intervenções, como palestras, junto aos mesmos.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Este projeto de iniciação científica tem-se realizado por meio de pesquisa exploratória, a partir de pesquisa bibliográfica e estudo de campo com aplicação de questionários com perguntas estruturadas a professores e gestores do ensino fundamental I e II, do município de Presidente Epitácio, estado de São Paulo.

Para tanto, os materiais a serem utilizados são livros e Leis para estudo do tema, computador e papel para elaboração e impressão de questionários.

Até o presente momento, realizamos o estudo bibliográfico e o discente bolsista visitou as escolas do município para solicitar autorização para aplicar os questionários; algumas escolas já estão com esse material, que deverá ser respondido mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. O questionário traz as seguintes perguntas: 1- O que é indisciplina e quais são as suas causas? 2- O fracasso escolar (o não aprender) está ligado à indisciplina? Explique. 3- Acredita que algum aluno seu ou da escola deveria ser medicalizado por conta de seu comportamento? Como é esse aluno? 4- Você tem algum aluno que faz uso de medicação para controle de comportamento? Sabe o diagnóstico e o que ele toma? 5- Você tem algum aluno considerado hiperativo, disléxico ou agressivo-impulsivo? Considera que ele precisa ser medicalizado? Por quê? 6- Caso queira escrever algo a respeito do tema, gostaríamos de saber, fique à vontade! Consideramos que tais perguntas nos possibilitem compreender a concepção dos professores a respeito do tema em questão.

A partir da análise dos questionários realizados com professores e gestores, serão oferecidas palestras nas escolas participantes com a intenção de divulgar os dados, bem como propor reflexões sobre o tema medicalização e patologização da educação.

Entende-se que, de certo modo, divulgar e refletir sobre esse tema acarreta inovações nas práticas educativas de professores e gestores que lidam com alunos que não conseguem aprender em sala de aula. Avançar no entendimento sobre o fracasso escolar e entendê-lo como fenômeno multideterminado, para além das explicações organicistas, é avançar em direção a uma escola democrática e de qualidade.

## 3 TABELAS

Tabela 3.1 Metas estabelecidas para a pesquisa.

METAS	DESCRIÇÃO
1	Realização de pesquisa bibliográfica
2	Realização de levantamento das escolas municipais de ensino fundamental I e II
3	Elaboração de entrevista semiestruturada e questionário
4	Realização de entrevistas e aplicação de questionários

5	Relatório parcial
6	Análise dos dados obtidos
7	Divulgação dos resultados por meio de palestras
8	Relatório Final

Tabela 3.2 Cronograma proposto para cumprimento das metas.

METAS	MESES								
	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
1	X	X							
2			X						
3			X						
4				X					
5					X				
6						X	X		
7								X	
8									X

#### 4 CONCLUSÕES

Até o presente momento não temos dados a apresentar visto que os questionários ainda não foram preenchidos. No entanto, temos elementos que apontam para a relação entre indisciplina, fracasso escolar e patologização, pois, em nossas conversas informais com assistentes sociais do município soubemos do grande número de encaminhamentos da educação para a saúde sob a alegação de que os alunos não aprendem por, possivelmente, apresentarem problemas neurológicos. A relevância deste projeto está na intervenção após a análise dos questionários, que nos dará argumentos para propormos a reflexão sobre os efeitos da patologização e medicalização dos problemas escolares e, quem sabe, a superação da concepção atual sobre o tema. Futuramente vamos continuar a pesquisar sobre o tema, mas vamos nos voltar para os professores do Ensino Médio do município.

#### REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, C. B. Prefácio. In: COLLARES, C. L., MOYSÉS, M. A., RIBEIRO, M.C.F. (orgs). **Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na Era dos Transtornos**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

BOCK, A. M. B. Psicologia e educação: cumplicidade ideológica. In: MEIRA, M. E. M., ANTUNES, M. A.M. **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. PROJETO DE LEI N° 7.081, de 2010 Apensados Projetos de Lei n°s. 3.040/08, 4.933/09 e PL 5.700/09 Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica. Disponível em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1343620](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1343620). Acesso em 29/11/2017.

COLELLO, S. M. G. **A escola que não ensina a escrever**. São Paulo: Summus, 2012.

COLLARES, C. L., MOYSÉS, M. A., RIBEIRO, M.C.F. (orgs). **Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na Era dos Transtornos**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

COLLARES, C. L.& MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar - ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez Editora, 1996

COLLARES, C. L.& MOYSÉS, M. A. A. **A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico** (A Patologização da Educação). Série Ideias (23), São Paulo: FDE, 1994.

Dossiê sobre Medicalização da educação e da Sociedade, 2011. Disponível em [www.medicalizacao.com.br](http://www.medicalizacao.com.br). Acesso em 23/11/2017.

Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, 2010. Disponível em [www.medicalizacao.com.br](http://www.medicalizacao.com.br). Acesso em 24/11/2017.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

VIGOTSKI, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.